

- De acordo com o comando a que cada um dos itens de **1 a 120** se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção das suas provas.
- Nos itens que avaliam **Noções de Informática**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que: todos os programas mencionados estão em configuração-padrão, em português; o *mouse* está configurado para pessoas destros; expressões como **clicar**, **clique simples** e **clique duplo** referem-se a cliques com o botão esquerdo do *mouse*; **teclar** corresponde à operação de pressionar uma tecla e, rapidamente, liberá-la, acionando-a apenas uma vez. Considere também que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Texto para os itens de 1 a 6

A pergunta e a resposta que se seguem foram reproduzidas, com adaptações, do *blog* da Dr.^a Mayana Zats — Internet: <<http://veja.abril.com.br/blog/genetica>>.

Rodrigo Kobashi — Doutora, gostaria que a senhora me ajudasse a entender uma questão. Quando adotamos uma criança, ela traz características herdadas de seus pais biológicos? Não me refiro às características físicas, mas psicológicas. Por exemplo: índole. Se o pai dessa criança era um criminoso, ela também será, ou pelo menos terá mais chances de se tornar criminosa? Em vários sítios há divergências a respeito desse assunto, por isso procurei a senhora.

Doutora Mayana Zats — Essa é realmente uma questão polêmica. Estudos com gêmeos e filhos adotivos sugerem que muitas das características da nossa personalidade e comportamento obedecem a uma herança multifatorial, isto é, dependem da interação entre genes e ambiente. A grande questão a saber é: qual é o papel dos genes — ou herdabilidade — em cada uma dessas características?

Pais criminosos geram crianças criminosas?

Não conheço nenhuma pesquisa que indique que filhos adotivos cujos pais biológicos eram criminosos tenham maior tendência ao crime. É importante lembrar que genético não é sinônimo de hereditário. Por exemplo, se a agressividade é uma característica com um componente genético, o ambiente tem papel fundamental para determinar se essa característica transformará uma pessoa em líder ou agressor.

Estudos bem controlados são difíceis

As pesquisas para determinar quanto de uma característica é genética ou ambiental precisam ser feitas com filhos adotivos e gêmeos. No caso dos gêmeos são necessários dois tipos de análises. Na primeira, comparam-se gêmeos idênticos e gêmeos fraternos criados juntos. Na segunda, comparam-se gêmeos idênticos que foram separados ao nascer e criados em ambientes distintos. A partir desses estudos, podemos concluir que característica depende mais dos genes, mais do ambiente ou igualmente de ambos. Por exemplo, sabemos que talento musical ou habilidade para esportes tem um componente genético, mas sem o treino essas características não se desenvolverão.

Alcoolismo tem componente genético

Essa é uma das características mais bem estudadas. Estudos de gêmeos e filhos adotivos mostraram que pessoas cujos pais biológicos eram alcoólatras têm maior tendência de ser dependentes de álcool.

Considerando as ideias do texto apresentado, julgue os itens que se seguem.

- 1 O indagante procurou a doutora Mayana Zats, porque está em vias de adotar uma criança.
- 2 O indagante tem receio de adotar uma criança que tenha herdado dos pais biológicos o impulso para a agressividade e criminalidade.
- 3 O indagante busca entender melhor as questões ligadas à hereditariedade que estão mais centradas nos aspectos psicológicos e comportamentais do que nos aspectos físicos do componente genético.
- 4 Apesar de não ter dado uma resposta direta à pergunta do indagante, como “Sim”, a doutora forneceu informações que sugerem que filhos de criminosos herdam dos pais biológicos o componente genético de agressividade.
- 5 As informações sobre estudos científicos contidas na resposta permitem concluir quão importante é um ambiente sadio — sem bebidas alcoólicas, por exemplo — para que descendentes de pais alcoólatras não venham a tornar-se dependentes de álcool.
- 6 Os provérbios “Dize-me com quem andas e eu te direi quem és” e “Filho de peixe peixinho é” podem ser associados à influência do componente ambiental e do genético, respectivamente, na formação da personalidade humana.

1 Muitos pais querem saber que atitudes tomar quando o filho se desentende com amigos ou colegas, quando chega em casa com marcas de briga, quando tem o
4 costume de dirigir palavrões aos outros etc.

Nesses casos, vale mais desvalorizar o fato do que procurar saber quem tinha razão. Se houve briga, foi porque
7 todos participaram, portanto ninguém pode estar certo.

Se nos dedicarmos a ensinar aos mais novos, em família e na escola, que, para conviver, é preciso ter
10 consideração com o outro, relevar e fazer concessões, eles aprenderão melhor a controlar seus impulsos em favor do equilíbrio da vida em grupo.

Rosely Sayão. *Brigas e desentendimentos*. In: *Folha de S.Paulo*. “Equilíbrio”, 13/11/2008.

Com relação ao texto acima, julgue os itens de **7 a 11**.

- 7 Se, no primeiro parágrafo, “o filho” (l.2) estivesse no plural, as concordâncias corretas dos verbos que têm essa expressão como sujeito seriam **se desentendem**, **chegam**, **têm**.
- 8 Na linha 7, a conjunção “portanto” atribui à oração “ninguém pode estar certo” o sentido de causa.

- 9 Com a mesma correção gramatical de “Se nos dedicarmos” (l.8), estão conjugados os verbos **ver**, em **Se vemos uma estrela cadente, faremos um pedido**, e **pôr**, em **Se pusermos a mão no fogo, nos queimaremos**.
- 10 Nas linhas 8 e 9, a expressão “em família e na escola”, juntamente com as vírgulas que a intercalam, poderia ser transposta, sem prejuízo da correção gramatical e sem alteração do sentido original, para as seguintes posições dentro do período: ou imediatamente após a palavra “dedicarmos”, ou imediatamente após a palavra “ensinar”.
- 11 São pertinentes ao assunto desenvolvido no texto e estão expressas com correção gramatical as seguintes ideias: Se formos tolerantes, nossos filhos tenderão a sê-lo também; Se fôssemos impulsivos, nossos filhos tenderiam a sê-lo também.



Folha de S.Paulo, 13/11/2008.

Considerando o quadrinho acima, julgue o próximo item.

- 12 De acordo com a norma culta da língua portuguesa, emprega-se o acento indicativo de crase em “bife à cavalo” para indicar que o personagem que utiliza essa expressão não compreendeu seu sentido.

Considerando que os fragmentos apresentados nos itens seguintes são trechos sucessivos e adaptados de um texto publicado na **Folha de S.Paulo** em 11/11/2008, julgue-os quanto à correção gramatical de cada um deles.

- 13 Na madrugada de ontem, uma caminhonete chegou a delegacia de investigações sobre entorpecentes, em Botucatu. Um grupo de oito homens saíram do veículo, arrombaram uma das portas e invadiram a delegacia.
- 14 O grupo levou armas, drogas e destruiu arquivos. Artefatos explosivos foram detonados no interior do predio. Pouco antes, vizinhos contam, que ouviram o barulho de um carro saindo.
- 15 Ao menos dois carros, que estavam no estacionamento, e uma casa da vizinhança foram atingidos. Não houve feridos.

Considerando os conceitos de Internet, *intranet* e correio eletrônico, julgue os itens a seguir.

- 16 As redes *wireless* possuem a vantagem de permitir conexão à Internet, mas não permitem a conexão à *intranet* por se tratar de rede corporativa local.
- 17 O navegador Internet Explorer 7.0 possibilita que se alterne de um sítio para outro por meio de separadores no topo da moldura do *browser*, fato que facilita a navegação.
- 18 O Outlook Express possui recurso para impedir a infecção de vírus enviados por *e-mail*.
- 19 Para se fazer *upload* e *download* de arquivos na *intranet* é necessário que o usuário tenha o sistema *zipdriver* instalado no computador.

Período	Local	Quantidade
Janeiro	Norte	105
Fevereiro	Sul	145
Março	Leste	89
Total Trimestre		

Considerando a figura acima, que apresenta uma tabela em edição do Word, julgue os itens que se seguem.

- 20 O Word possui recurso que permite criar um gráfico de barras com os valores apresentados na tabela.
- 21 Para se calcular o “Total Trimestre” usando-se fórmula é necessário copiar a tabela para o Excel e digitar a fórmula =soma (C1:C3).
- 22 Para se criar uma cópia de segurança do arquivo do Word é suficiente clicar a opção Salvar como, do *menu Arquivo* e selecionar o tipo de arquivo *backup* com extensão .BCK.
- 23 Podem ser instalados no computador aplicativos que permitem imprimir o arquivo em questão no modo PDF.
- 24 Para se centralizar o conteúdo das células é suficiente selecioná-las, clicar a opção Parágrafo do *menu Formatar*, selecionar Centralizada na opção Alinhamento e clicar OK.
- 25 Sistema de arquivo é a maneira como o sistema operacional organiza e administra os dados em disco.

A Polícia Federal (PF) realizou operação batizada de Aracne em sete estados e no Distrito Federal e desarticulou uma organização suspeita de tráfico internacional de drogas da Bolívia para o Brasil. De acordo com a PF, a organização fornecia cocaína para o Primeiro Comando da Capital (PCC) em São Paulo e distribuía a droga de Mato Grosso para outros cinco estados. A operação contou com 400 policiais. Foram expedidos pela justiça 52 mandados de prisão e 73 de busca e apreensão. Pelo menos 41 pessoas foram detidas. Segundo a polícia, a organização era formada por brasileiros que recebiam pasta de cocaína de dois cartéis bolivianos. Aviões de pequeno porte transportavam a droga para o Brasil.

Jornal do Brasil, 13/12/2008, p. A12 (com adaptações).

Tendo o texto acima como referência inicial e considerando a amplitude do tema por ele tratado, julgue os itens de 26 a 35.

- 26 No mundo contemporâneo, organizações criminosas de grande porte estendem suas ações por várias regiões do planeta e, regularmente, fazem uso das modernas tecnologias que integram e sustentam o atual estágio da economia mundial, a ordem global.
- 27 O tráfico internacional de drogas ilícitas mantém-se atuante não pelo dinheiro que amealha, mas pelos caminhos que abre para outras práticas criminosas mais lucrativas.
- 28 Citado no texto, o PCC é uma facção criminosa que atua em presídios, principalmente, mas não exclusivamente, no estado de São Paulo.
- 29 Em geral, o tráfico de drogas ilícitas se faz acompanhar de outras atividades criminosas, como a corrupção, a evasão de divisas e a lavagem de dinheiro.

- 30 Por sua natureza especial, a PF efetua as prisões dos suspeitos em operações como a mencionada no texto, independentemente de autorização da autoridade judiciária.
- 31 Por não fazer fronteira com a Bolívia, chama a atenção o fato de Mato Grosso ter sido escolhido pelos traficantes como centro de distribuição da cocaína para outros estados brasileiros.
- 32 Reconhece-se ser o tráfico de drogas ilícitas responsável, em larga medida, pelo aumento da violência e da insegurança que têm marcado o Brasil nos últimos anos, especialmente nos grandes centros urbanos.
- 33 Nas áreas urbanas dominadas por facções criminosas, mostrou-se patente a dificuldade do poder público para realizar as ações que lhe são próprias, o que amplia o domínio desses grupos sobre a comunidade local.
- 34 Infere-se do texto que uma efetiva, rigorosa e permanente ação de policiamento terrestre na fronteira do Brasil com a Bolívia eliminaria a possibilidade de uma ação criminosa como a que foi desbaratada pela operação Aracne.
- 35 A redução do consumo de drogas no Brasil, fenômeno comprovado pelas estatísticas policiais dos últimos anos, sugere estar próximo o fim do tráfico internacional de cocaína para o país.

Acerca dos aspectos humanos, físicos e econômicos que fazem parte da geografia do estado do Espírito Santo, julgue os itens de 36 a 45.

- 36 A costa do atual estado do Espírito Santo foi reconhecida por navegadores portugueses já em 1501, e desde então foi alvo da ação de contrabandistas de pau-brasil.
- 37 O Fortim do Espírito Santo foi o primeiro núcleo populacional da capitania denominada Vila do Espírito Santo. No começo, era uma pequena vila, dedicada à plantação de milho, de onde surgiu o gentílico capixaba, que deriva do tupi *kapi'xaba*, que significa terra de plantação.
- 38 Os povos indígenas que residiam na região interagiam bem com os portugueses, por isso, Vasco Fernandes Coutinho resolveu fundar outra vila, desta vez em uma ilha, de relevo irregular, a fim de promover a miscigenação.
- 39 O relevo do estado é formado por rochas cristalinas, sobretudo gnaisses e granitos. A nordeste do rio Doce, o relevo é de origem sedimentar, porém, a noroeste do mesmo rio, o relevo também é formado por gnaisses e granitos.
- 40 As terras quentes capixabas, que se estendem em uma estreita faixa litorânea e se alargam a partir de Linhares, são regiões recortadas, de clima tropical seco.
- 41 Atualmente, a vegetação do estado é diversificada, predominando no centro-norte do estado os pinheiros de eucalipto. Nas regiões mais altas, a floresta tropical ainda se encontra preservada. Na região da Serra do Castelo e da Serra do Caparaó, há bastante variação entre a mata atlântica ainda preservada, os eucaliptos e os pinheiros. Já na região litorânea, a pouca vegetação que resta é parte dos manguezais e da restinga.
- 42 A corrente do Brasil exerce influência sobre todo o litoral norte de Vitória, deixando o clima dessa região mais úmido. Já a corrente das Malvinas atinge o estado por meio de uma faixa de ressurgência, favorecendo o clima úmido e quente que se estende por todo estado.
- 43 A economia do estado é baseada, principalmente, nas atividades portuárias, de exportação e importação, na indústria de rochas ornamentais (mármore e granito), na produção de celulose, extraída dos pinheiros e eucaliptos, na exploração de petróleo e gás natural, além da diversificada agricultura, principalmente do plantio do café.

- 44 Seus extensos recursos naturais e seu grande potencial vêm sendo explorados desde o século XVII, fato que provocou um intenso povoamento do estado desde então.
- 45 A economia do estado se vê em uma fase de grande crescimento devido aos seguintes fatores: a ampliação da agricultura e do turismo, a descoberta de imensas jazidas de petróleo e gás natural e a exploração recente de seu grande potencial econômico, com a implantação da indústria de rochas ornamentais.

Julgue os itens a seguir, acerca de raciocínio lógico.

- 46 Considere que um policial esteja perseguindo um ladrão na escadaria de um prédio que não tenha subsolo e que ambos estejam correndo no mesmo sentido. Se os degraus da escada são numerados a partir do térreo por degrau 1, degrau 2, ..., e se o policial estiver no degrau X e o ladrão no degrau Y, em que $X - Y = -6$, então o policial e o ladrão estão descendo as escadas.
- 47 Se as proposições “Se chove, as ruas da cidade de Vitória estão molhadas”; “As ruas da cidade de Vitória estão molhadas” e “Está chovendo na cidade de Vitória”, em que duas primeiras são premissas e a terceira é a conclusão de um argumento, então é correto afirmar que esse argumento é um argumento válido.
- 48 Considere que em um canil estejam abrigados 48 cães, dos quais:
- 24 são pretos;
 - 12 têm rabos curtos;
 - 30 têm pêlos longos;
 - 4 são pretos, têm rabos curtos e não têm pêlos longos;
 - 4 têm rabos curtos e pêlos longos e não são pretos;
 - 2 são pretos, têm rabos curtos e pêlos longos.
- Então, nesse canil, o número de cães abrigados que são pretos, têm pêlos longos mas não têm rabos curtos é superior a 3 e inferior a 8.
- 49 Na sequência numérica 23, 32, 27, 36, 31, 40, 35, 44, X, Y, Z, ..., o valor de Z é igual a 43.
- 50 Considere que o delegado faça a seguinte afirmação para o acusado: “O senhor espanca a sua esposa, pois foi acusado de maltratá-la”. Nesse caso, é correto afirmar que o argumento formulado pelo delegado constitui uma falácia.

RASCUNHO

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Um deputado federal subiu à tribuna da Câmara dos Deputados para defender um projeto de emenda constitucional com a finalidade de instituir a pena de morte no Brasil. O deputado, durante seu discurso em plenário, no momento em que informava aos colegas da proposta realizada, disse que discordava da vedação constitucional absoluta da pena de morte.

Com referência à situação hipotética acima apresentada, aos direitos fundamentais, em especial ao direito à vida, julgue os itens que se seguem.

- 51** O projeto de emenda constitucional é de duvidosa constitucionalidade, já que não se admite emenda constitucional que tenha por fim abolir direitos e garantias individuais.
- 52** Equivocou-se o deputado ao dizer que a Constituição Federal de 1988 (CF) veda a pena de morte de forma absoluta, pois a CF admite a pena de morte em caso de guerra declarada, desde que atendidos os requisitos constitucionais.

Acerca da organização da segurança pública, conforme as normas constitucionais, julgue os itens subsequentes.

- 53** Os estados devem seguir o modelo federal de organização da segurança pública, atendo-se aos órgãos que, segundo a CF, são incumbidos da preservação da ordem pública, das pessoas e do patrimônio.
- 54** A gestão da segurança pública, nos estados, é atribuição privativa dos delegados de polícia civil.
- 55** Em função da rígida divisão de competências administrativas instituídas pela CF para os órgãos que integram o sistema de segurança pública brasileiro, o cumprimento pela polícia militar de uma ordem judicial de busca e apreensão ou a realização de um flagrante de tráfico de drogas é suficiente para contaminar os mencionados atos.
- 56** Caso, em uma investigação da polícia civil, seja detectado o envolvimento de policiais militares em um fato criminoso, como uma quadrilha, por exemplo, a investigação deve ser deslocada para a polícia militar.
- 57** Os municípios podem instituir guardas municipais com a função de reforçar a segurança pública, em auxílio à polícia civil.

Acerca da proteção constitucional dispensada à criança e ao adolescente, julgue os itens a seguir.

- 58** Qualquer medida privativa de liberdade imposta a adolescentes deve ter como pressuposto a brevidade e excepcionalidade da medida.
- 59** Estado, sociedade e família são os pilares da política da proteção especial à criança e ao adolescente instituída pela CF, nela estando abrangidos os programas de prevenção e de atendimento às crianças e aos adolescentes dependentes de substâncias entorpecentes e drogas afins.
- 60** O direito de saber a verdade sobre sua paternidade é decorrência jurídica do direito à filiação, que visa assegurar à criança e ao adolescente a dignidade e o direito à convivência familiar.

Ocorrido um dano ambiental em determinado município, em razão de ato praticado pela secretaria municipal de obras, o Ministério Público, por meio de promotor de justiça, ajuizou uma ação civil pública, requerendo ao Poder Judiciário a determinação da recomposição do dano. O magistrado determinou, então, em decisão liminar, que o município realizasse a recomposição da área degradada.

Acerca dessa situação hipotética, julgue os próximos itens.

- 61** A determinação exarada pelo magistrado é ato administrativo típico que expressa o objeto do direito administrativo, qual seja, a regulação das atividades estatais.
- 62** A atuação do Ministério Público está respaldada no poder de polícia da administração pública, que, no caso, foi executado pelo promotor de justiça.

A CF expressa em seus artigos o modelo de organização administrativa a ser seguido no país, distribuindo as atribuições entre as diferentes entidades políticas: União, estados, Distrito Federal (DF) e municípios. Em face desse modelo e considerando que um estado-membro, mediante lei, crie uma autarquia como entidade componente da administração, julgue os itens que se seguem.

- 63** A distribuição de atribuições entre as entidades políticas configura uma descentralização horizontal.
- 64** União, estados, DF e municípios são entes com personalidade jurídica de direito público.
- 65** A autarquia em questão é uma entidade que faz parte da administração pública indireta do Estado.
- 66** Um ministério criado no âmbito da União e uma secretaria criada no âmbito de um estado ou do DF são órgãos sem personalidade jurídica, componentes da administração direta do respectivo ente político.

Julgue os itens seguintes, acerca da competência administrativa e de sua avocação e delegação.

- 67** A competência é requisito de validade do ato administrativo e se constitui na exigência de que a autoridade, órgão ou entidade administrativa que pratique o ato tenha recebido da lei a atribuição necessária para praticá-lo.
- 68** Na delegação de competência, a titularidade da atribuição administrativa é transferida para o delegatário que prestará o serviço.
- 69** Também os poderes administrativos, a exemplo do poder de polícia, podem ser delegados a particulares.
- 70** Para que haja a avocação não é necessária a presença de motivo relevante e justificativa prévia, pois esta decorre da relação de hierarquia existente na administração pública.

À luz da jurisprudência e doutrina dominantes, julgue os itens de **71** a **75** quanto aos crimes de abuso de autoridade.

- 71** Se um delegado de polícia, mediante fundadas suspeitas de que um motorista esteja transportando em seu caminhão certa quantidade de substância entorpecente para fins de comercialização, determinar a execução de busca no veículo, sem autorização judicial, resultando infrutíferas as diligências, uma vez que nada tenha sido encontrado, essa conduta da autoridade policial caracterizará o crime de abuso de autoridade, pois, conforme entendimento doutrinário dominante, o veículo automotor onde se exerce profissão ou atividade lícita é considerado domicílio.

- 72** Caso, no decorrer do cumprimento de mandado de busca e apreensão determinado nos autos de ação penal em curso, o policial responsável pela diligência apreenda uma correspondência destinada ao acusado e já aberta por ele, apresentando-a como prova no correspondente processo, essa conduta do policial encontrar-se-á resguardada legalmente, pois o sigilo da correspondência, depois de sua chegada ao destino e aberta pelo destinatário, não é absoluto, sujeitando-se ao regime de qualquer outro documento.
- 73** A ação penal por crime de abuso de autoridade é pública condicionada à representação do cidadão, titular do direito fundamental lesado.
- 74** Considerando que determinada autoridade policial execute a prisão em flagrante de um autor de furto, lavrando, logo após, o respectivo auto de prisão, a partir de então, essa autoridade policial deverá, entre outras providências, comunicar a prisão ao juiz competente, dentro de 24 horas, sob pena de incorrer em abuso de autoridade.
- 75** Nos termos da lei que incrimina o abuso de autoridade, o sujeito ativo do crime é aquele que exerce cargo, emprego ou função pública, de natureza civil ou militar, ainda que transitoriamente e sem remuneração. À vista disso, afasta-se a possibilidade de concurso de pessoas em tais delitos, quando o co-autor ou partícipe for um particular.

Acerca dos crimes praticados contra a administração pública, cada um dos itens de **76** a **81** apresenta uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada.

- 76** Um policial se deparou com uma situação de flagrante delito por crime de tráfico de drogas, todavia, percebendo, logo em seguida, que o autor era um antigo amigo de infância, deixou de efetivar a prisão, liberando o conhecido. Nessa situação, a conduta do policial caracterizou o crime de prevaricação.
- 77** Um funcionário dos Correios se apropriou indevidamente de cheque contido em correspondência sob a sua guarda em razão da função, utilizando o título para compras, em proveito próprio, em um supermercado. Nessa situação, a conduta do funcionário caracterizou o crime de furto simples, pois o objeto material do delito, do qual o agente detinha a posse em razão do cargo, era particular.
- 78** Um policial civil, ao executar a fiscalização de ônibus interestadual procedente da fronteira do Paraguai, visando coibir o contrabando de armas e produtos ilícitos, deparou-se com uma bagagem conduzida por um passageiro contendo vários produtos de origem estrangeira de importação permitida, todavia sem o devido pagamento de impostos e taxas. Sensibilizado com os insistentes pedidos do passageiro, o policial civil deixou de apreender as mercadorias, liberando a bagagem. Nessa situação, o policial civil, por descumprir dever funcional, será responsabilizado pelo crime de facilitação de contrabando ou descaminho.
- 79** Paulo, delegado de polícia, exigiu de Carlos certa quantia em dinheiro para alterar o curso de investigação policial, livrando-o de um possível indiciamento. Quando da exigência, se encontrava acompanhado de Joaquim, que não era funcionário público, mas participou ativamente da conduta, influenciando a vítima a dispor da importância exigida, sob o argumento de que o policial civil poderia beneficiá-lo. Nessa situação, Paulo e Joaquim, mesmo que Carlos não aceite a exigência, responderão pelo crime de concussão.

- 80** Geraldo, imputável, após ser abordado por 3 policiais militares em uma *blitz*, com a clara intenção de menosprezar e desprestigiar a função do agente público, passou a ofender verbalmente toda a guarnição policial, tendo, em decorrência disso, recebido voz de prisão e sido conduzido à presença da autoridade policial competente. Nessa situação, Geraldo responderá pelo crime de desacato por três vezes, considerando-se o número de policiais que foram ofendidos, sujeitos passivos principais do delito.
- 81** Um particular, nos termos dos dispositivos do Código de Processo Penal que disciplinam a prisão em flagrante, desacompanhado de funcionário público, efetuou a prisão de determinado cidadão que acabou de cometer um homicídio. O autor do delito, mediante violência, se opôs à execução do ato, produzindo lesões graves em seu executor. Nessa situação, o referido cidadão, além das penas relativas à conduta que ensejou a prisão, responderá pelo crime de resistência sem prejuízo das correspondentes à violência.

No que tange aos crimes de tortura, julgue os itens subseqüentes.

- 82** Considerando que X, imputável, motivado por discriminação quanto à orientação sexual de Y, homossexual, imponha a este intenso sofrimento físico e moral, mediante a prática de graves ameaças e danos à sua integridade física resultantes de choques elétricos, queimaduras de cigarros, execução simulada e outros constrangimentos, essa conduta de X enquadrar-se-á na figura típica do crime de tortura discriminatória.
- 83** Se um policial civil, para obter a confissão de suposto autor de crime de roubo, impuser a este intenso sofrimento, mediante a promessa de mal injusto e grave dirigido à sua esposa e filhos e, mesmo diante das graves ameaças, a vítima do constrangimento não confessar a prática do delito, negando a sua autoria, não se consumará o delito de tortura, mas crime comum do Código Penal, pois a confissão do fato delituoso não foi obtida.
- 84** O crime de tortura é crime comum, podendo ser praticado por qualquer pessoa, não sendo próprio de agente público, circunstância esta que, acaso demonstrada, determinará a incidência de aumento da pena.
- 85** O artigo que tipifica o crime de maus-tratos previsto no Código Penal foi tacitamente revogado pela Lei da Tortura, visto que o excesso nos meios de correção ou disciplina passou a caracterizar a prática de tortura, porquanto também é causa de intenso sofrimento físico ou mental.

No que tange às condutas relativas a armas de fogo no Brasil e à legislação correlata, julgue os itens de **86** a **91**.

- 86** Se um indivíduo imputável introduzir no território nacional, sem autorização da autoridade competente, certa quantidade de armas de brinquedo, réplicas perfeitas de armas de fogo de grosso calibre, com o intuito de comercialização, e esse material for apreendido no decorrer de uma fiscalização rotineira de trânsito, nessa situação, esse indivíduo deverá ser responsabilizado por tráfico internacional de arma de fogo.
- 87** Caso uma arma de fogo utilizada como instrumento para a prática de roubo e apreendida no curso das investigações seja encaminhada à justiça ao término do inquérito policial, tão logo o respectivo laudo pericial seja juntado ao processo e não haja mais interesse que o armamento acompanhe os autos da ação penal, poderá a autoridade judiciária competente determinar o seu encaminhamento ao comando do Exército, que lhe dará destinação, que poderá ser a destruição ou a doação a órgão de segurança pública ou às Forças Armadas.

- 88** Suponha que João, imputável, possua em sua residência um revólver calibre 38, sem registro, herdado de um bisavô, e que, aos 2/12/2008, por volta das 16 h, uma equipe de policiais militares, sabedores da existência do armamento, tenha adentrado na casa sem autorização judicial, apreendido o objeto e dado voz de prisão ao seu possuidor. Nessa situação, apresentado o caso à autoridade policial competente, deveria esta determinar a lavratura do auto de prisão em flagrante de João, em face da caracterização da posse irregular de arma de fogo de uso permitido.
- 89** No caso específico de tráfico internacional de arma de fogo, em que a ação se inicie no território nacional e tenda à consumação no território estrangeiro, ou vice-versa, a ação penal correspondente é pública incondicionada e de competência da justiça federal.
- 90** Os crimes de posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso restrito e o comércio ilegal de arma de fogo, nos termos da legislação específica, são insuscetíveis de liberdade provisória.
- 91** Caso um policial civil, durante atividade de investigação levada a efeito em um *show* realizado em um estádio de futebol, depare-se com um indivíduo portando abaixo da camisa, junto à cintura, um revólver de calibre permitido, e esse indivíduo, indagado a respeito do armamento, apresente ao policial o registro da arma em seu nome e o respectivo porte concedido nos termos da legislação específica, nessa situação, mesmo diante da regularidade do registro e do porte, o policial deverá recolher a arma de fogo e providenciar o seu encaminhamento à autoridade competente, que adotará as medidas legais pertinentes, entre as quais a apreensão da arma e a cassação do porte anteriormente deferido.

Em relação à lei que disciplina as condutas de improbidade administrativa, julgue os itens a seguir.

- 92** Os atos tipificados nos dispositivos da Lei de Improbidade Administrativa, de regra, não constituem crimes no âmbito da referida lei, porquanto muitas das condutas ali definidas, apesar de se revestirem de natureza criminal, são definidas como crime em outras leis.
- 93** Caso um funcionário público, no exercício do cargo, contribua para que pessoa jurídica incorpore indevidamente em seu patrimônio particular, valores integrantes do acervo patrimonial de uma fundação pública, esse funcionário público, uma vez demonstrada a sua responsabilidade, estará sujeito, entre outras cominações, à perda da função pública e à obrigação de ressarcir integralmente o dano.
- 94** A Lei de Improbidade Administrativa relacionou os atos de improbidade administrativa em três dispositivos: os que importam em enriquecimento ilícito, os que importam dano ao erário e os que importam violação dos princípios norteadores da administração pública.
- 95** Somente o agente público em exercício, ainda que transitoriamente ou sem remuneração e independentemente da forma de investidura no cargo ou função, é considerado sujeito ativo de atos de improbidade administrativa.

No que tange ao Direito Penal, cada um dos itens de **96** a **100** apresenta uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada.

- 96** Pedro, com 21 anos de idade, após ter sido ofendido moralmente por Caio em uma briga de bar, matou o desafeto com várias facadas. Processado criminalmente pela conduta delituosa, verificou-se, no curso do processo, que Pedro era, ao tempo do crime, inimputável por doença mental. Nessa situação, em decorrência disso, ao final do processo, Pedro deverá ser absolvido tendo como fundamento a inexistência de culpabilidade, embora típica e ilícita a ação praticada.
- 97** Um cidadão foi vítima de crime que se apura mediante ação penal privada. Oferecida queixa-crime perante a autoridade judiciária competente e iniciada a ação penal, o querelante deixou de promover o andamento do processo por mais de 30 dias seguidos. Nessa situação, o querelante, em decorrência de sua inércia, perderá o seu direito de continuar no processo, extinguindo-se, por consequência, a punibilidade do agente.
- 98** Francisco, imputável e legalmente habilitado, ao conduzir imprudentemente um veículo automotor, deu causa a acidente de trânsito com vítima, produzindo lesões corporais em João, um dos ocupantes do veículo. Nessa situação, Francisco será indiciado em inquérito policial por lesão corporal culposa leve, grave ou gravíssima, dependendo da intensidade da lesão experimentada pela vítima e aferida em laudo pericial.
- 99** Maurício, advogado de Fernanda, ingressou com ação de reparação de danos em favor desta, tendo logrado êxito na causa e, ao final, recebido a importância correspondente ao dano. De posse da importância, não repassou a quantia a Fernanda, alegando que se utilizou do dinheiro em momento de sérias dificuldades financeiras, prometendo devolvê-lo. Nessa situação, a conduta do advogado caracteriza o crime de apropriação indébita com a incidência de aumento da pena em razão da condição profissional do agente, em face da inversão do título da posse.
- 100** Saulo, utilizando-se da fraude conhecida como conto do bilhete premiado, ofereceu o falso bilhete a Salete para que esta resgatasse o prêmio. Encantada com a oferta e desconhecendo a falsidade do bilhete, Salete entregou a Saulo vultosa quantia, sob a crença de que o bilhete representasse maior valor. Após dirigir-se à casa lotérica, Salete descobriu o engodo e procurou uma delegacia de polícia para registrar o fato. Nessa situação, não cabe qualquer providência na esfera policial, porquanto a vítima também agiu de má-fé (torpeza bilateral), ficando excluído o crime de estelionato.

Acerca dos crimes hediondos e da legislação antidrogas, julgue os itens de **101** a **109**.

- 101** É vedada a progressão de regime do réu condenado por tráfico de drogas, devendo aquele cumprir a totalidade da pena em regime fechado.
- 102** Se um indivíduo, imputável, ao regressar de uma viagem realizada a trabalho na Argentina, for flagrado na fiscalização alfandegária trazendo consigo 259 frascos da substância denominada lança-perfume e, indagado a respeito do material, alegar que desconhece as propriedades toxicológicas da substância e sua proibição no Brasil em face do uso frequente nos bailes carnavalescos, onde pretende comercializar o produto, nessa situação, a alegação de desconhecimento das propriedades da substância e ignorância da lei será inescusável, não se configurando erro de proibição.

- 103** O agente que infringe o tipo penal da lei de drogas na modalidade de importar substância entorpecente será também responsabilizado pelo crime de contrabando, visto que a droga, de qualquer natureza, é também considerada produto de importação proibida.
- 104** Se Y, imputável, oferecer droga a Z, imputável, sem objetivo de lucro, para juntos a consumirem, a conduta de Y se enquadrará à figura do uso e não da traficância.
- 105** Segundo o disposto na legislação específica, são crimes hediondos, entre outros, o homicídio qualificado, o latrocínio, a epidemia com resultado morte e o genocídio.
- 106** Em decorrência da nova política criminal adotada pela legislação de tóxicos, a conduta do usuário foi descriminalizada, porquanto, segundo o que institui a parte geral do Código Penal, não se considera crime a conduta à qual a lei não comina pena de reclusão ou detenção.
- 107** Caso um indivíduo, imputável, seja abordado em uma *blitz* policial portando expressiva quantidade de maconha, sobre a qual alegue ser destinada a consumo pessoal, e, apresentado o caso à autoridade policial, esta defina a conduta como tráfico de drogas, considerando, exclusivamente, na ocasião, a quantidade de droga em poder do agente, agirá corretamente a autoridade policial, pois a quantidade de droga apreendida é o único dado a ser levado em consideração na ocasião da lavratura da prisão em flagrante.
- 108** Suponha que Francisco, imputável, suspeito da prática de crime de estupro seguido de morte, seja preso em flagrante delito e, no decorrer de seu interrogatório na esfera policial, confesse a autoria do crime, mas, após a comunicação da prisão ao juiz competente, verifique-se, pela prova pericial, que Francisco foi torturado para a confissão do crime. Nessa situação, deverá a autoridade judiciária, mesmo se tratando de crime hediondo, relaxar a prisão de Francisco, sem prejuízo da responsabilização dos autores da tortura.
- 109** Suponha que policiais civis, investigando a conduta de Carlos, imputável, suspeito de tráfico internacional de drogas, tenham-no observado no momento da obtenção de grande quantidade de cocaína, acompanhando veladamente a guarda e o depósito do entorpecente, antes de sua destinação ao exterior. Buscando obter maiores informações sobre o propósito de Carlos quanto à destinação da droga, mantiveram o cidadão sob vigilância por vários dias e lograram a apreensão da droga, em pleno transporte, ainda em território nacional. A ação da polícia resultou na prisão em flagrante de Carlos e de outros componentes da quadrilha por tráfico de drogas. Nessa situação, ficou evidenciada a hipótese de flagrante provocado, inadmissível na legislação brasileira.

Em relação aos dispositivos expressos no Código de Processo Penal brasileiro e considerando o entendimento doutrinário e jurisprudencial dominantes, julgue os itens de **110 a 115**.

- 110** Suponha que a autoridade policial tome conhecimento da prática de crime de lesão corporal de natureza leve praticado dolosamente por José, imputável, contra Marcos, seu vizinho. A notícia foi apresentada por uma testemunha do fato, não tendo a vítima comparecido à delegacia de polícia. Nessa situação, a autoridade policial deverá aguardar a representação da vítima, sem a qual não poderá dar início à persecução penal.
- 111** Nos processos dos crimes afiançáveis praticados por funcionário público contra a administração pública, o funcionário será previamente notificado pela autoridade judiciária competente para a apresentação de resposta escrita, antes do recebimento formal da denúncia.

- 112** Suponha que policiais civis em serviço obtiveram informações anônimas de que Maria, imputável, guardava em sua residência cerca de 100 gramas de cocaína, acondicionadas em pequenos invólucros plásticos, destinadas a posterior comercialização. Após confirmarem a veracidade dos informes, decidiram os policiais pela entrada na residência sem autorização judicial, visando a apreensão da droga e a prisão de Maria. Nessa situação, poderão os policiais adentrar na casa em qualquer hora do dia ou da noite, mesmo sem o respectivo mandado judicial.
- 113** Caso um policial civil seja acusado de ter praticado crime de tortura contra um preso provisório recolhido sob a ordem de juiz estadual, a competência para o processo e o julgamento do crime serão da justiça federal, tendo em vista o presumido interesse da União em relação aos crimes contra os direitos humanos.
- 114** Se um delegado federal for vítima de homicídio, em razão de investigações por ele desenvolvidas visando reprimir delitos de corrupção na polícia federal, o processo e o julgamento do autor do delito ficarão a cargo do tribunal do júri da justiça do estado onde ocorrer o crime.
- 115** O processo e o julgamento dos atos de qualquer natureza descritos na Lei de Improbidade Administrativa são da competência preliminar da justiça criminal onde ocorreu o fato.

Acerca da prova no processo penal brasileiro, julgue os itens que se seguem.

- 116** O sistema da livre convicção, método de avaliação da prova concernente à livre valoração ou à íntima convicção do magistrado, é inaplicável no processo penal pátrio, porquanto afasta a necessidade de motivação das decisões judiciais.
- 117** Se, no curso de uma ação penal em que se apure a prática de homicídio, for introduzida como prova uma mensagem da vítima psicografada por um médium, circunstanciando detalhes do crime e apontando a autoria do fato, e, a partir da juntada da mensagem e das informações nela contidas, novas provas forem produzidas, resultando, inclusive, na apreensão da arma do crime, a mensagem psicografada poderá ser considerada prova testemunhal, levando-se em conta a pessoa do médium que a produziu.
- 118** Caso uma indivíduo tenha sido gravemente ferido por disparo acidental de arma de fogo, resultando-lhe sérios danos à integridade física com lesões de natureza grave, nessa situação e considerando que a infração penal, conforme descrita, deixa vestígios materiais, será indispensável o exame pericial, direto ou indireto, sob pena de nulidade.
- 119** O exame de corpo de delito e outras perícias, conforme entendimento jurisprudencial dominante, serão realizados por dois peritos oficiais que prestarão compromisso de bem e fielmente desempenhar o encargo, sendo nulo o exame realizado por só um perito.
- 120** Considere que Angélica, imputável, tenha sido arrolada como testemunha de acusação nos autos de uma ação penal, tendo sido notificada pessoalmente da audiência para a sua oitiva. Sem justificativa, Angélica faltou à audiência e, mesmo novamente notificada, não compareceu em juízo. Nessa situação, considerando que, no processo penal, o depoimento da testemunha é meio de prova, tanto como os documentos e as perícias, poderá o juiz determinar a condução coercitiva de Angélica, sem prejuízo do processo penal por crime de desobediência.